

788

María Cristina

7 cop

(17)

anais do I simpósio  
nacional de história  
antiga

PESQUISAS, PROBLEMAS E DEBATES

João Pessoa  
1984

tência de uma antiga feitoria, como é o caso de Alcacer do Sal (Antiga SALACIA). Algumas feitorias tinham viveiros para conservar o peixe vivo e, assim, manter ininterrupto o trabalho, como o demonstra a descoberta de depósitos escavados na rocha e comunicados com o mar, através de canais para entrada e saída da água. Esses elementos, descobertos pela Arqueologia, complementam a fonte clássica que o historiador utiliza e, ajuda do pelo arqueólogo, descobre o movimento comercial e a importância social dos produtos manufaturados do mar e como eram utilizados, contribuindo, com importantes dados, à História da indústria e do comércio na Antiguidade.

Citaremos outro exemplo, bem recente aliás, da importância da Arqueologia para a reconstrução histórica: suspeitava-se que a cultura ibérica, que desenvolve-se na Península Ibérica desde o século IV a.C. até a conquista romana de Hispânia, tinha marcas influências itálicas, especialmente etrusca, porém, a Arqueologia, não tinha dado suficientes elementos para uma afirmativa categórica. Nas recentes escavações de Campello (Alicante-Espanha), das que participamos em 1983, foram descobertos dois pequenos templos de estrutura itálica, in antis, templos ibéricos achados, precisamente, junto a uma feitoria de salgado de peixe, que já tínhamos estudado anteriormente, e que demonstraram, claramente, a influência itálica na cultura ibérica, ao menos nos estabelecimentos costeiros que tinham maior contato com o mundo mediterrâneo. Até a descoberta desses dois templos, só se conheciam santuários ao ar livre, porém, nunca tinham sido encontrados templos ibéricos com a mesma estrutura do templo greco-romano. Trata-se de templos ibéricos de estrutura "etruscoide", ou seja templos indígenas de planta clássica, nos que se demonstra a influência itálica nos povos pré-romanos da Península Ibérica.

Outra descoberta da Arqueologia como dado importante para a História, seriam as escavações de teatros romanos e gregos. Quando se trata de obras monumentais, o trabalho de restauração e reconstrução é mais de arquitetos especializados, do que de arqueólogos ou historiadores, como seria o caso dos teatros de Pompéia ou de Mérida (antiga EMERITA AVGVSTA, capital da Lusitânia, e que conserva um dos maiores e melhores conservados teatros romanos do mundo), porém no caso de pequenos teatros como o romano de POLLENTIA, na Ilha de Maiorca, do qual nenhum conhecimento se tinha, antes das escavações arqueológicas que o descobriram e que acrescentaram um dado importante e desconhecido: com o avanço do cristianismo, os teatros são abandonados, tidos como lugares de representações profanas e no caso particular do teatro de Pollentia, passou a ser utilizado como necrópole paleo-cristã (s. IV-V d.C.), com as covas para os defuntos cavadas entre as arquibancadas do já abandonado teatro. Esse dado poderá ser utilizado pelo historiador que somente o poderia ter conhecido por meio da pesquisa arqueológica.

## NUMISMÁTICA E HISTÓRIA ANTIGA

MARIA BEATRIZ BORBA FLORENZANO

A primeira vista, pode parecer estranho a inclusão da Numismática como tema

em um Símpōsto sobre História Antiga. De fato, em nosso meio principalmente, a Numismática encontra-se ainda muito ligada a coleções e colecionadores mais interessados no investimento que realizam ao comprar uma moeda do que no valor histórico que ela possa ter. Pouquíssimas são as pessoas no Brasil que se ocupam do estudo científico das moedas, tomando-as como documento para o conhecimento da História. Não me refiro exclusivamente ao caso da Numismática antiga, mas também à brasileira e portuguesa.

Mas, se a Numismática não é simplesmente colecionar moedas, como poderemos defini-la? Ela pode ser considerada uma disciplina das Ciências Humanas, ligada tanto à Arqueologia, no caso da Numismática Antiga e Medieval principalmente, quanto à História. O seu objeto de estudo é tradicionalmente a moeda. A moeda definida como o disco metálico de um peso determinado com representações figuradas e inscrições, cuja função precisa, hoje pelo menos, é a de servir ao mesmo tempo como medida de valor e como instrumento de troca de mercadorias. É preciso lembrar que as moedas não são jamais peças únicas, foram sempre fabricadas em série, portanto a Numismática estuda não moedas individualizadas, mas as séries inteiras de moedas, batidas com os mesmos cunhos de averso ou de reverso. A Numismática estuda ainda as emissões monetárias completas, ou seja o conjunto de denominações cunhadas a partir de um decreto oficial.

Outros objetos que serviram como mediadores em trocas como artefatos de metal, conchas, plumas de aves, etc., não são diretamente objeto de estudo da Numismática apesar de serem chamados de moedas primitivas. A Numismática se ocupa deles na medida em que seu estudo pode vir a esclarecer as características de sistemas monetários que vieram depois.

O interesse pela moeda como objeto é muito antigo. Datam do período helenístico, séc. III a.C., as primeiras coleções. Estas começaram nas cortes dos governantes helenísticos, não só pela portabilidade das moedas e do seu valor intrínseco, como também pelo seu valor artístico.

Na Antiguidade grega, grandes artistas especializaram-se na gravação de cunhos e a qualidade destes chamava muitas vezes a atenção dos antigos.

Foi, entretanto, durante o Renascimento que os estudos de Numismática antiga tomaram grande impulso. Seguindo o movimento geral de interesse pela antiguidade clássica, a Numismática antiga desenvolveu-se ligada às grandes coleções particulares e aos colecionadores. Cita-se muito neste sentido, a famosa coleção de moedas antigas de Petrarca.

Só a partir do século XIX, porém, é que os estudos numismáticos assumiram um caráter científico, dentro do quadro de desenvolvimento das Ciências Humanas. [a partir dessa época, a Numismática em geral, e a Numismática antiga em particular, vem se definindo, redefinindo e construindo uma metodologia de trabalho própria. (1).

Hoje, um século depois da criação da Numismática científica, em que consiste esta metodologia própria? Para dar uma resposta a esta pergunta é necessário, em primeiro lugar, ressaltar a complexidade do documento monetário. Há pouco definimos a moeda como uma determinada quantidade de metal, caracterizada por apresentar na maior parte das vezes uma forma de disco e trazer marcas significativas. O primeiro problema que apresenta é o técnico, como foi ela fabricada, com que instrumentos, com que matéri-

prima, provinda de que local. Se pensarmos na matéria prima, estaremos a um passo do peso da moeda e nos perguntaremos porque ela tem esse peso e qual a sua relação com um sistema ponderal estabelecido. Em seguida, são as representações e inscrições impressas nas moedas que suscitam questões que por sua vez conduzem à própria interpretação do tipo monetário, ou seja, ao porque da escolha de uma determinada imagem para ser figura da em uma moeda.

Tal como as demais categorias de documento material, a moeda é multifacetada, apresentando uma série de aspectos específicos que merecem ser estudados separadamente. Contudo, somente a integração desses estudos a respeito dos vários aspectos da moeda, permitirá um melhor conhecimento da cunhagem na antiguidade.

De todas estas faces apresentadas pelo documento monetário, duas têm merecido maior atenção por parte dos especialistas: são a iconografia e a metrologia.

O estudo iconográfico se ocupa das representações figuradas das moedas e muitas vezes se estende ao estudo das inscrições, marcas de valor e símbolos. É o estudo do tipo monetário. O tipo monetário é definido como o conjunto das representações mais as inscrições do averso e do reverso da moeda.

A imagem foi e continua sendo o que mais chama a atenção nas moedas. Quando dissemos antes que já na Renascença haviam começado os estudos numismáticos, tratava-se de estudos da imagem monetária: naquela época o que mais suscitava o interesse eram os retratos dos imperadores romanos ou dos governantes helenísticos. Desde então, até o século passado, o estudo da iconografia monetária assumiu tais proporções que tornou-se independente de todos os outros aspectos das moedas: considerava-se o tipo monetário por ele próprio, sem se pensar na especificidade do suporte. Ora, a moeda tem uma dimensão institucional e sua cunhagem responde a uma intenção específica da autoridade emissora, bem como é feita para circular entre pessoas que também possuem uma idéia a respeito dela. De modo que a análise iconográfica obrigatoriamente deve considerar essa especificidade e, veremos adiante, como os estudos mais recentes tem apontado nesta direção.

Para se ter uma idéia da variedade de informações imediatas que podem ser obtidas através de um tipo monetário basta enumerar alguns deles em épocas diferentes da Antiguidade. Na Grécia arcaica e clássica, os tipos mais comuns ligavam-se ao local da emissão monetária. Era, em geral, a representação de um produto ou característica local como a espiga de trigo em Metaponto, a vinha em Naxos; a divindade protetora ou cultuada na localidade como a Atena em Atenas, Partênopse em Neápolis ou o Zeus de Elis; uma passagem mítica como Taras cavalgando o delfim tal como aparece nas moedas de Tarento ou como a Europa sobre o touro das moedas de Cnossus. Constatam-se ainda, em moedas de época clássica referências a episódios históricos como o leão que aparece como tipo secundário no averso das decadracmas de Siracusa de 465 a.C., atribuído a uma vitória dessa cidade sobre Cartago ou como a coroa de louros que aparece no elmo de Atena nas moedas que se seguiram à vitória de Atenas sobre os Persas em 479 a.C.

Já no período helenístico surgem tipos novos, bem como se acentuam as referências a episódios históricos. São comuns agora representações em moedas de grandes obras escultóricas e surge o retrato, primeiramente de Alexandre, o Grande, divinizado com os atributos de Hércules (pele de leão e maça) e em seguida dos vários governantes

dos impérios estabelecidos após a morte de Alexandre. Em época romana, as representações monetárias ligam-se cada vez mais à autoridade emissora e cada vez menos às características locais. Note-se que na polis grega quem emite moedas é a própria cidade, ou seja o conjunto dos cidadãos; ao passo que, em Roma, as moedas não são mais emitidas por todo o conjunto de cidadãos mas por aqueles que detêm o poder político. Assim, a maior parte dos episódios mitológicos representados nas moedas da República estão ligados ao culto dos ancestrais do oficial monetário. Não faltam, porém, representações das lendas romanas mais divulgadas como Rômulo e Remo amamentados pela loba ou AnchiSES sendo carregado por Enéias. A partir do início do Império, o traço principal dos tipos monetários romanos é a representação do retrato do imperador ou seus familiares, e de seus feitos militares ou políticos.

A análise sistemática das imagens e a sua interpretação à luz dos achados arqueológicos e das fontes escritas, oferecem-nos uma gama enorme de informações, desde a localização de cultos religiosos até a identificação de acontecimentos históricos. Nessa linha de investigação é, sem sombra de dúvida, a cunhagem do império romano, o exemplo mais límpido. É possível estudar através dos tipos das moedas romanas a propaganda política do estado, os retratos dos imperadores e suas famílias, as épocas de guerra e as de paz, o relacionamento de Roma com as províncias, os benefícios realizados pelos imperadores, a arquitetura (os templos, os aquedutos, os portos, os edifícios públicos). Há até mesmo imperadores completamente desconhecidos por outras fontes e que aparecem nas moedas.

Entretanto, se considerarmos exclusivamente a Numismática grega, quando a cunhagem não era centralizada e as centenas de pequenos estados cunhavam suas próprias moedas, a abordagem iconográfica torna-se riquíssima quando se realizam estudos comparativos entre as representações monetárias das diferentes cidades. Cito um exemplo esclarecedor que se refere à cunhagem da Campânia, região da Itália, nos séculos V, IV, III a.C. Trata-se de uma região bastante rica do ponto de vista agrícola, com excelentes portos e, como é do conhecimento de todos, possuía vários núcleos de colonização grega desde o século VII a.C. Várias cidades da Campânia como Cuma, Cápua, Neápolis, Nola, Hyria, Fenseria, Allifa e outras, emitiram moedas com tipos e inscrições característicos. O estudo iconográfico do conjunto dessas moedas permite identificar no século IV, por exemplo, a dependência econômica de várias delas com relação a Neápolis, pois utilizam a mesma representação monetária e muitas vezes até o mesmo cunho o que prova que dependiam de Neápolis para o abastecimento de moedas. A cópia de tipos monetários de Atenas e de Siracusa nessas mesmas moedas manifesta uma influência econômica, política ou simplesmente artística destes dois grandes centros gregos.

Para que essas informações contidas nos tipos monetários possam ser aproveitadas positivamente no estudo das sociedades que produziam essas moedas, é necessário proceder a uma classificação. Esta, foi realizada durante muito tempo em bases estilísticas. Mas, ainda que a gravação dos cunhos monetários tenha estado a cargo de verdadeiros artistas, sem dúvida alguma influenciados pelos movimentos e tendências artísticas de cada época, é impossível considerar o estilo como um dado absoluto para a classificação de moedas. Citando um exemplo extremo, cabe lembrar, que em pleno século IV a.C.,

Athena emitia moedas com uma representação da deusa Atena, considerada estilisticamente arcaica.

Nos últimos anos, conseguiu-se um grande avanço no sentido de se obter uma classificação iconográfica de moedas mais rigorosa. Trata-se da aplicação do método da **caracteroscopia**. O objetivo da caracteroscopia é comparar os cunhos monetários identificando para tanto as moedas que foram cunhadas com o mesmo cunho. A realização deste tipo de estudo implica necessariamente em se ter à mão fotografias ou moldagens de numerosos exemplares de uma mesma série. Inicialmente se deve identificar os cunhos de anverso e de reverso empregados na emissão, série ou cunhagem em estudo e em seguida estabelecer a seqüência dos mesmos através da identificação de desgaste; rachaduras e combinações de anverso e de reverso. (2).

Uma das grandes vantagens deste método de abordagem da iconografia monetária é o estabelecimento da cronologia relativa das séries monetárias. Esta pode, posteriormente, ser controlada através de outras informações como os dados provenientes de escavações arqueológicas, achados de tesouros, recunhagens de moedas, estudos metalúrgicos comparativos, informações textuais, podendo chegar até ao estabelecimento de uma cronologia absoluta.

A importância de uma determinada cunhagem também pode ser esclarecida a partir de estudo caracteroscópico. O volume de uma emissão, conhecido a partir do número de cunhos e de seu uso ou não até a sua destruição, pode implicar em emissão de guerra, ou de significado maior ou menor extensão do comércio, pode significar importância política ou econômica do centro emissor.

O maior interesse da caracteroscopia reside, entretanto, na extensão deste estudo de uma localidade às outras da mesma área, (especialmente no caso da cunhagem grega não centralizada). Trata-se de realizar a comparação de cunhos entre as séries monetárias de diferentes centros cunhados. Podem ser estabelecidas assim, ligações de cunhos entre cidades vizinhas ou não, permitindo com mais segurança do que a simples análise iconográfica, o conhecimento de fenômenos históricos importantes: relações econômicas ou políticas de dominação ou não, entre os vários centros; preponderância de um centro sobre toda uma região; circulação monetária em uma área; envolvimento em guerra; influência artística.

A caracteroscopia é hoje considerada, muito mais que a análise estilística, um método de base para qualquer abordagem da iconografia monetária. Ainda assim, os dados obtidos através do estudo caracteroscópico devem ser rigorosamente controlados pelo estudo metalúrgico das mesmas peças e também pela análise dos achados de tesouros monetários e das informações obtidas em escavações arqueológicas.

A metrologia consiste no estudo do comportamento dos pesos das emissões de moedas e como estes foram manipulados pelo estado emissor.

As informações obtidas através da metrologia são valiosas, já que a moeda durante toda a antiguidade conservou um valor intrínseco, mesmo quando surgiram as peças de bronze, cobre e outros metais.

O estudo metalúrgico das moedas foi visto a partir do século XIX como fundamen-

tal para a compreensão do fenômeno da cunhagem. Paradoxalmente, e talvez devido a sua complexidade, ele foi sempre deixado em segundo plano com relação à análise iconográfica. Hoje, nenhum estudo numismático a respeito da antiguidade pode ser considerado completo se a análise metalúrgica não foi realizada.

As dificuldades para a realização deste tipo de estudo, porém, são inúmeras. Em primeiro lugar, é necessário encontrar a correspondência entre os sistemas de pesos antigos e aquele que empregamos atualmente. No caso específico das moedas é preciso reconstituir o seu peso através do peso que elas apresentam hoje. Ora, simplesmente elas já perdem uma porcentagem de peso; em seguida, a maneira como elas foram conservadas desde a antiguidade até hoje também interfere no seu peso atual e, finalmente, o modo como elas são limpas depois de descobertas é um terceiro fator responsável pela alteração de peso. É possível também que a própria autoridade emissora "economizasse" uma pequena porcentagem de metal em cada moeda e conseqüentemente que houvesse uma diferença entre o peso real e o peso teórico que deveria ter a moeda. Por outro lado, a ajustagem do peso das moedas pode ser também responsável por desvios consideráveis com relação ao peso teórico. Ela pode ter sido realizada por talha ou individualmente, no primeiro caso quando determinado número de exemplares foram produzidos a partir de uma quantidade de matéria prima também determinada, no segundo, quando o peso foi ajustado individualmente para cada exemplar. Evidentemente, quanto mais valioso o metal menor o desvio permitido com relação ao peso teórico estabelecido.

Independentemente de qual seja o desgaste das peças ou de como tenha sido realizada a sua ajustagem, a qualidade da análise metalúrgica está diretamente relacionada ao número de exemplares empregados. Quanto maior a quantidade, melhor. O primeiro passo consiste, pois, em estabelecer com o auxílio da análise iconográfica as diferentes séries monetárias, devendo-se em seguida pesar todos os exemplares da mesma série. A simples pesagem das moedas não nos dirá nada, se os resultados não forem apresentados de uma maneira conveniente. A maioria dos numismatas tem preferido construir gráficos ou histogramas (gráfico de barras). Além da vantagem de mostrar de um só relance o ponto onde se concentra a maior quantidade de exemplares indicando com certa probabilidade o peso mais próximo do peso que teoricamente a denominação deveria possuir, o histograma põe em evidência todo o comportamento do coletivo de moedas o que a simples média aritmética não permite.

A determinação dos pesos das moedas não visa apenas a reconstituição dos sistemas monetários por si mesmos, mas permite, conjuntamente com a análise iconográfica, apontar para situações como área de influência de uma cidade emissora de moedas, através da expansão de seu padrão monetário; o ambiente de circulação a que se destina uma moeda; transformações das relações de uma cidade, observadas através da modificação dos padrões monetários; desvalorização monetária; estabelecimento de cronologia para emissões monetárias e assim por diante. (3)

Além do estudo iconográfico e da metrologia, cada vez mais os especialistas têm dado valor ao estudo dos "tesouros monetários" (4). Grande ou pequeno, o tesouro é um grupo de moedas retiradas da circulação por algum motivo (guerra, poupança, etc...)

e escondido, em geral enterrado, em um local de difícil acesso. Basicamente, o tesouro nos informa sobre a circulação monetária do local no momento de seu enterramento: a sua composição revela quais moedas circulavam em um mesmo momento, numa mesma área. As informações oferecidas pelo estudo da composição dos tesouros monetários são indispensáveis para o conhecimento da proporção de moedas que circulavam na antiguidade, bem como da difusão das espécies monetárias.

Estes três tipos de estudos que mencionamos, o iconográfico, o metrológico e o da distribuição e difusão das moedas vem se realizando nos últimos tempos - especialmente de 1960 para cá - no sentido de explicar a atuação da moeda desde a sua criação no século VII a.C. na Ásia Menor até os desdobramentos sofridos durante o Baixo Império Romano. Na verdade, trata-se de uma preocupação em explorar a especificidade da moeda como documento, para melhor caracterizar a economia antiga e mesmo a sociedade antiga como um todo. No momento em que deixamos de lado a análise artística de um tipo monetário para tecer considerações sobre o porque da escolha daquele tipo para aquela moeda precisa, estamos dando um passo no sentido de entender a moeda como tal e não como suporte de uma manifestação artística ou como ilustração para a documentação textual.

Atualmente, como foi dito acima, do ponto de vista econômico, a moeda é definida como um instrumento destinado a servir como medida de valor e a facilitar a circulação e troca de mercadorias. Ora, a partir do século passado, estas mesmas funções foram atribuídas sem grandes discussões a qualquer tipo de moeda e assim, normalmente se passou a medir o nível de desenvolvimento econômico alcançado pelas diversas sociedades com base na existência ou não de um instrumento mediador na troca. O fato de uma dada sociedade possuir uma moeda cunhada foi, pois, interpretado como expressão de um aperfeiçoamento dos instrumentos de troca, o que implicava necessariamente num grau de desenvolvimento econômico (e especialmente comercial) superior com relação a outras sociedades que não possuíam a moeda. (5)

Entretanto, a partir de meados do nosso século, um aprofundamento no estudo da documentação monetária em si e o relacionamento desta com as informações arqueológicas e um melhor aproveitamento das fontes textuais permitiram a verificação de que as moedas, especialmente no mundo grego, desempenharam outras funções além das puramente econômicas.

O primeiro ponto para o qual estes estudos mais modernos chama a atenção é a necessidade de se encarar a moeda como uma criação própria da *polis* grega. E nesse sentido, ela deve ser interpretada obrigatoriamente à luz do contexto criado pela *polis*.

Os estudos de iconografia monetária realizados, por exemplo, por L. Lacroux, permitiram reconhecer na simbologia transmitida pelos tipos monetários, elementos de auto-afirmação política da *polis*. O caráter oficial da moeda lhe confere um valor todo especial, pois enquanto circula ela deve ser identificada facilmente como proveniente de tal ou qual lugar, de uma autoridade emissora que lhe garanta o peso e o valor. E através da representação impressa em seu disco que a moeda preenche esta função representativa e de auto-afirmação. A cidade-estado que emite moedas confirma, portanto, sua autonomia política através da representação de uma divindade cultuada no local ou de um produto característico seu. O exemplo da cunhagem das colônias gregas fundadas a partir

do século VIII na Itália do Sul e da Sicília é bastante esclarecedor neste sentido. A procura da legitimação de sua posição recém-adquirida, estas colônias representavam nas moedas as lendas de sua terra-mãe, ampliando-as muitas vezes para fazê-las extensivas a si próprias. Em função desta interpretação, foi atribuído também à moeda desde o período arcaico grego, um papel de difusora de novas tradições religiosas no âmbito de sua circulação. (6)

É preciso lembrar que em uma sociedade em que a escrita era privilégio de alguns, a imagem adquiria um valor muito grande como transmissora de informações e idéias. Isto não é exclusividade das imagens monetárias mas no mundo antigo em geral, de todas as representações como aquelas próprias dos vasos, lamparinas, etc. (7)

Sobre a época romana, também existem estudos que mostram a moeda como veículo de propaganda política do Estado romano, Grant assinala como a imagem dos imperadores e os fatos escolhidos para serem representados nas moedas eram aqueles que os imperadores aprovavam e consideravam importante difundir entre a população. Os retratos dos imperadores romanos, por exemplo, variavam constantemente segundo a intenção das autoridades: às vezes o soberano aparece como senhor da guerra, outras como sacerdote, potentado semi-divino, magistrado desprezioso sem sequer uma coroa de louros ou como contemplador com um olhar poético, e assim por diante. (8)

Por outro lado, a análise aprofundada de textos antigos, empreendida pelo historiador Ed. Will, complementada pelos dados da distribuição monetária, permitiu reconhecer na moeda grega do período arcaico e clássico uma função social importante, como meio de justiça corretiva. Segundo a interpretação de Will; a moeda-dinheiro, tal como ela é abordada por Aristóteles e por outros autores antigos, era um instrumento de justiça social que permitia a realização da equivalência entre um membro e outro da sociedade, uma vez que media a necessidade que um tinha do produto do trabalho do outro. Ao mesmo tempo, Will assinala que o Estado exigia que as diferentes taxas, impostos, liturgias devidas fossem pagas em dinheiro, porque em seguida, empregava esse mesmo dinheiro para o pagamento de salários dos funcionários da cidade. Assim, de acordo com esta interpretação, a moeda era, nas mãos do estado, um elemento importante da circulação da riqueza entre os possuidores e os não possuidores. (9)

Esta interpretação político-social da moeda no mundo grego é levada muito mais adiante do ponto de vista numismático pelo estudioso inglês Colin Kraay. (10) Valendo-se de toda a documentação monetária grega e mais as informações sobre a distribuição de moedas tal como ela se apresenta nos achados de tesouros monetários, Kraay procura por em evidência as razões que levaram os gregos a criarem a moeda e a função que esta desempenhou nos anos seguintes à sua origem e mais tarde em época clássica.

Toma como ponto de partida a origem, composição e local de achado dos tesouros monetários; demonstra como as moedas gregas, salvo raras exceções, circulavam em uma área extremamente restrita. Até o século IV a.C., por exemplo, não são encontradas moedas coríntias na Sicília, ao mesmo tempo que os dados arqueológicos comprovam a existência de um comércio intensíssimo entre as duas áreas. Ainda outro exemplo: as moedas da Ilha de Egina, tidas como tão importantes a ponto de várias outras *poleis* gregas adotarem o seu sistema ponderal, são achadas exclusivamente em Egina e nas ilhas circunvizinhas.

nhas. As moedas das cidades da Ásia Menor sō se encontram na Ásia Menor; as da Sicília foram achadas praticamente sō na Sicília, o mesmo ocorrendo com as da Magna Grécia. Neste último exemplo é surpreendente - de um ponto de vista moderno - o fato de que moedas de duas áreas tão próximas não circulassem entre si. Na verdade, em face a esta documentação é forçoso admitir que o movimento das moedas não correspondia em absoluto ao movimento comercial "internacional", comprovado por outras fontes arqueológicas.

Do ponto de vista do comércio interno, Kraay procura mostrar também que até a ampla difusão da moeda de bronze, no período helenístico, não existiam denominações o suficientemente pequenas para a realização de um comércio miúdo tal como existe hoje entre nós. Mesmo a menor denominação do stater de eletro característico da Ásia Menor (1/96 do stater) ou o óbolo de prata das cidades gregas da Grécia continental e do Ocidente grego tinham um valor muito alto, o que não permitia o seu uso na compra de mercadorias de pouco valor. Além disto, chegaram até nós poucos cunhos empregados na cunhagem destes pequenos valores demonstrando que não existiu um suprimento contínuo de denominações fraccionárias.

A não existência de uma relação automática entre emissão de moedas e movimento comercial, levou Kraay a explicar de outra forma o aparecimento da moeda e a sua rápida adoção pela maioria das cidades gregas. Valendo-se de estudos específicos sobre a cunhagem de cada local, e das fontes textuais disponíveis, Kraay concluiu primeiramente que a moeda surgiu por iniciativa do Estado (e não de comerciantes particulares), com a finalidade de facilitar o funcionamento da polis. Indo de encontro à interpretação de Will, ele cita as evidências textuais em Atenas e Corinto, Samos e Eretria como prova de que o pagamento, ao Estado, de taxas, multas, impostos portuários, bem como o pagamento do Estado aos mercenários, funcionários, artesãos e outros era realizado em moedas. Por outro lado, a própria cunhagem de moedas prestava-se a manipulações vantajosas para o Estado. Há um relato de um discípulo anônimo de Aristóteles (Dec. 1347 a) que narra como o tirano Hípias de Atenas (527 a 510 a.C.) teria comprado a um preço inferior ao seu valor toda a prata cunhada e recunhado novas moedas com essa mesma prata, ganhando um tanto nessa transação. É preciso lembrar também, que o cidadão grego não admitia ser taxado por sua propriedade ou pelo trabalho agrícola e, portanto, o governo deveria encontrar todo tipo de meio capaz de render-lhe algum recurso. A manipulação monetária seria um deles.

Outros dois grandes responsáveis pela cunhagem e circulação das moedas seriam as guerras e a religião. Quanto à guerra, a moeda facilitava em grande medida o pagamento dos mercenários, a compra e fabricação de equipamentos (armas, navios, etc.); os subsídios aos aliados, o suborno dos estados hostis, o pagamento de indenizações e resgates. No que diz respeito à religião, basta mencionar que uma grande parte dos tesouros foi descoberto no interior de santuários, principalmente daqueles em que divindades importantes para toda uma grande área eram cultuadas. Tal é o caso do mais antigo tesouro de moedas jamais encontrado, descoberto no santuário de Ártemis em Efeso. Além deste fato, são inúmeras as menções na tradição textual a respeito de dedicações e oferendas de moedas em santuários.

Uma vez cunhadas, as moedas tornavam-se mercadorias como quaisquer outras, e

mais ainda pelo fato de ser metal e metal trabalhado. A sua produção envolvia um trabalho e um equipamento específicos que não estavam presentes no metal bruto, daí o seu elevado valor. Para o cidadão privado, a moeda prestava-se, assim, facilmente ao entresouramento.

Enfim, a inconstância das emissões (salvo raros casos como o de Atenas bem suprida em prata) e a distribuição muito desigual dos tesouros em nada correspondente ao movimento comercial, exige que cada emissão seja analisada em seu contexto próprio. Em um momento de guerra, de expedição militar, emitiu-se moedas para o sustento do conflito. É o caso das emissões sículo-pônicas do século IV e III a.C. É possível pensar na cunhagem das tribos macedônicas durante o século VI a.C. como expressão da necessidade de pagamento do tributo aos Persas, ou na ligação direta da cunhagem de Elis no Peloponeso com os jogos olímpicos.

Ainda que seja necessário fazer uma distinção entre os diferentes momentos da cunhagem no decorrer da Antiguidade, os estudiosos estão propensos a transpor muitas destas conclusões para a época romana. Segundo Crawford, um dos mais importantes especialistas da cunhagem republicana, o volume das emissões durante a República tal como se apresenta pelo levantamento do número de cunhos, flutuava de acordo com o número de legiões em campo ou de acordo com as altas e baixas das despesas do estado. Segundo este autor, tanto na República quanto no Império, não existiu uma política governamental dirigida para a cunhagem regular de moedas. (11)

É interessante notar também, como um especialista em Idade Média, Georges Duby relaciona a cunhagem de moedas na Alta Idade Média à justiça, como instituição da paz pública. De acordo com Duby, neste período a moeda desempenha a função de afirmação do prestígio monárquico e é um símbolo da ordem, dos valores estáveis e divinos que devem presidir todas as transações. Além disto ela canaliza os intercâmbios que se desenvolvem ao redor da pessoa do rei. (12)

Citei acima as contribuições de Lacroix, Will e Kraay, por acreditar que elas representam a tendência atual da Numismática antiga. Ainda que estes autores lidem especificamente com a documentação grega, apontam para questões - metodológicas e de interpretação básicas que começam a ser pesquisadas também no campo da Numismática romana. Evidentemente, não são as únicas obras que existem, nem tampouco as representantes exclusivas desta nova postura que visa tornar a contribuição da Numismática mais efetiva para o conhecimento da sociedade antiga. Infelizmente, não temos tempo aqui para mencionar ainda outros autores cujos trabalhos complementam e esclarecem ainda mais o papel desempenhado pela moeda na antiguidade.

Finalizando, gostaria de chamar atenção para o fato de que a interpretação que desvincula a moeda do desenvolvimento comercial vem recebendo uma série de críticas, principalmente por parte de um grupo de estudiosos marxistas italianos. (13). Sem desmerecer o trabalho de Kraay e dos demais, eles propõem uma integração ainda mais efetiva da análise da documentação textual e monetária, de modo a permitir que as hipóteses de trabalho surjam a partir dos dois tipos de documentação ao mesmo tempo e não separadamente. Propõem igualmente uma reflexão mais aprofundada sobre a noção de troca no mundo antigo em um sentido antropológico e sua articulação com o processo de produção como

um todo, deixando assim de lado uma visão mais operacional e descritiva do comércio como acreditam ser a de Kraay.

Não obstante o fato desta discussão não ter saído ainda do campo teórico, tenho certeza de que o aprofundamento do debate só pode vir enriquecer os nossos conhecimentos sobre a função desempenhada pela moeda na antiguidade.

#### NOTAS

- (1) - Para uma história do desenvolvimento da Numismática, veja-se Clain-Stefanelli, E. *Numismatics, an Ancient Science*. Washington, 1965.
- (2) - O método caracteroscópico foi proposto e explicado em detalhes por Colbert de Beaulieu, J.B. *Traité de Numismatique Celtique. Méthodologie des Ensembles*. Paris, 1973.
- (3) - Para uma exposição clara e sucinta a respeito da metrologia em Numismática, ver Naster, P. "La méthode en métrologie numismatique" em *Numismatique Antique, Problèmes et Méthodes*. Nancy, 1975.
- (4) - As principais questões relativas à interpretação dos tesouros monetários são expostas de maneira muito didática por T. Hackens "La circulation monétaire, questions de méthode" no volume já citado *Numismatique Antique, Problèmes et Méthodes*.
- (5) - Will, Ed. "Trois quarts de siècle de recherches sur l'économie grec antique". *Annales*, 1954, pp. 7-22. Austin, M. e Vidal Nacquet, P. *Economies et Sociétés en Grèce Ancienne*. Paris, 1973; ver especialmente pp. 11-22.
- (6) - Lacroix, L. *Monnaies et colonisation dans l'Occident grec*. Bruxelas, 1965.
- (7) - Dugas, Ch. "Tradition Littéraire et tradition graphique dans l'Antiquité grecque". *Recueil Ch. Dugas*. Paris, 1960, pp. 59-74.
- (8) - Grant, M. *Roman History from Coins*. Cambridge, 1968; ver especialmente as pp. 11-17. Para uma exposição completa da evolução dos tipos monetários romanos, ver também Sutherland, Ch. V. *Monnaies Romaines*. Friburgo, 1974.
- (9) - Will, Ed. "De l'aspect ethnique des origines grecques de la monnaie". *Revue Historique*, 1954, pp. 209-231; id., "Fonctions de la monnaie dans les cités grecques de l'époque classique" em *Numismatique Antique: Problèmes et Méthodes*. Nancy, 1975, pp. 233-246.
- (10) - A obra de Colin Kraay é imensa. Cito apenas alguns textos mais importantes sobre este assunto: "Hoards and Circulation" em *Greek Coins and History*. Londres, 1969, pp. 43-63; "Hoards, small change and the origin of coinage" *JHS*, 1964, pp. 76-91 e *Archaic and Classical Greek Coins*, Londres, 1976.
- (11) - Crawford, M. "Money and Exchange in the Roman World". *JRS*, 1970, pp. 40-48.
- (12) - Duby, G. *Guerriers y Campesinos. Desarrollo inicial de la Economía Europea*. Madrid 1976; ver especial "Las actitudes mentales", pp. 61-91.
- (13) - Ver especialmente Lombardo, M. "Elementi per una discussione sulle origini e funzione della moneta coniatata" em *Annali dell'Istituto Italiano di Numismatica*, 26, 1979, pp. 75-120. Ver também no mesmo volume Parise, N.F. "Per una introduzione allo studio dei "segne premonetari" nella Grecia arcaica" pp. 51-74 e Maffi, A. "Circolazione monetaria e modelli di scambio da Esiodo ad Aristotele".

pp. 161-184. Ver também Musti, D. "Per una ricerca sul valore di scambio nel modo di produzione schiavistico" em *Analise Marxista e Società Antiche*. Roma, 1978.

#### DEBATE:

##### 1º) Prof. Ciro Flamartion Cardoso

Eu queria fazer a seguinte observação: não será, em certos casos, útil uma comparação com sociedades mesmo que estejam longe no tempo, mas que tenham moedas de valor intrínseco, para esclarecer alguns problemas relativos, por exemplo, a influência de padrão monetário. Eu digo isso, porque tive ocasião de estudar o problema da moeda de prata do México e curiosamente, constatei que, a influência maior sobre o caráter conservador da moeda, na sua forma, era muito mais dos consumidores de moeda do que propriamente de influência de um emissor sobre outro emissor. Aparentemente, quando a moeda é de valor intrínseco, os consumidores esperam sempre, ao longo das décadas ou até de séculos, encontrar o mesmo padrão. Assim é que o México foi obrigado no século XIX a imitar os pesos espanhóis, pois no momento da independência, não quiseram fazer moeda própria, na Ásia, que era um dos grandes receptores, não quiseram receber a nova moeda, queriam os pesos exatamente como eram na época do Império espanhol. Talvez então, o estudo de períodos mais documentados, e que tenham moedas de valor intrínseco possa iluminar certas coisas que para a antiguidade são menos conhecidas.

**Resposta:** Tenho certeza que os estudos comparativos entre as várias sociedades que empregaram moedas de valor intrínseco podem trazer resultados bastante elucidativos de modo geral. Entretanto, creio que estes estudos devem ser feitos com um máximo de cuidado tendo em vista o risco de se atribuir aos antigos, principalmente no caso da comparação entre sociedades muito distantes no tempo, intenções que na verdade pertencem a outras épocas. Neste sentido, é indispensável pois, nunca deixar de lado o estudo do meio de circulação a que estão destinadas as emissões.

##### 2. Profa. Vânia Leite Froes

Sabemos que após a crise do IIIº século d.C., ocorre em Roma uma descentralização da cunhagem no Império. Gostaria de saber se a função da moeda na antiguidade greco-romana é sempre a mesma ou se ela foi se modificando durante a República e Império Romano.

**Resposta:** O estudo da função desempenhada pela moeda na antiguidade, a partir do documento monetário, é muito recente, e se concentra especialmente sobre as cunhagens gregas de épocas arcaica, clássica e helenística. Entretanto, alguns especialistas em cunhagem romana referem-se, vez por outra, às funções das mesmas. A primeira delas ou pelo menos a mais referida na bibliografia, refere-se à propaganda política feita em Roma, com muita insistência, através das moedas. Outra função capital da moeda romana foi o pagamento de mercenários. Crawford (*Roman Republican Coinage*) constatou que a distribuição dos achados de tesouros monetários corresponde aos caminhos seguidos pelas